

Gênero e magistério: questões pertinentes

Gender and teaching: relevant issues

SCHWAHN, Angela Mari Mattos Pereira [1](#); GRAUPE, Mareli Eliane [2](#) & CARON, Lurdes [3](#)

Recebido: 07/04/2019 • Aprovado: 24/06/2019 • Publicado 08/07/2019

Conteúdo

1. Introdução
 2. Metodologia
 3. Conceituando gênero
 4. Considerações finais
- Referências bibliográficas

RESUMO:

Este artigo objetiva analisar gênero e feminização do magistério. As principais autoras são: Almeida, Louro, Graupe, Grossi, Carvalho, entre outras. A pesquisa possui enfoque qualitativo. Foi realizada revisão de literatura. Os dados apontam que a articulação entre gênero e magistério é importante para compreensão das relações históricas, sociais e culturais da profissão docente. O primeiros professores foram homens religiosos, depois mulheres solteironas, as jovens normalistas e conseqüentemente, a feminização e desvalorização do magistério.

Palavras chave: Gênero; Magistério; Relações de Poder, Feminização

ABSTRACT:

This article aims to analyze gender and feminization of the teaching profession. The main authors are: Almeida, Louro, Graupe, Grossi, Carvalho, among others. The research has a qualitative approach. A literature review was performed. The data show that the articulation between gender and teaching is important for understanding the historical, social and cultural relations of the teaching profession. The first teachers were religious men, then female spinsters, the young normalists and, consequently, feminization and devaluation of the teaching profession.

Keywords: Gender, Teaching, Power Relations, Feminization

1. Introdução

O interesse pela temática de Gênero e Magistério em nível de ensino médio, surgiu pela necessidade de compreender os processos históricos e culturais que permeiam a feminização do Magistério.

Conhecer a história da Educação é importante para compreendermos o processo em que a mulher assume a docência e a articulação com o termo Gênero, que nos possibilita ir além da simples constatação da feminização do Magistério, buscamos entendermos quais foram os fatores históricos, culturais e sociais que contribuíram para esse processo.

No Brasil o estudo das relações de Gênero é recente, surge a partir da década de 90, no século passado, e vai aos poucos tomando espaço na sociedade. O assunto tem sido fonte de pesquisa para muitos historiadores da Educação, procurando compreender o processo de

feminização do magistério. Nos sentimos motivadas a investigar a feminização do magistério procurando entender o que ocorreu na escola à medida que as mulheres foram ocupando o espaço da sala de aula, constituindo-se na maioria do corpo docente na maior parte das escolas.

O enunciado Gênero estabelece compreensões sobre as diferenciações entre masculino e feminino que historicamente foram empregadas como forma de dominação, e a mulher em posição de submissão em relação ao homem. O marco histórico sobre Gênero não deixa dúvidas de que as desigualdades muito pesaram e ainda pesam sobre a mulher.

Considerando contexto o qual ofereceu possibilidades de instrução e profissionalização para a mulher, torna-se profícuo conhecer o processo de feminização do magistério, profissão esta antes concedida somente aos homens. Com a institucionalização da instrução pública e gratuita em todos os lugares da nação a mulher aos poucos vai adquirindo seu direito de acesso ao ensino e se inserindo no espaço público.

2. Metodologia

A pesquisa qualitativa ampara o pesquisador a envolver os sujeitos participantes da pesquisa, levando-o a um olhar criterioso na obtenção dos dados descritivos, possibilita a compreensão e interpretação do fenômeno estudado.

Nesse sentido Lüdke e André corroboram com seus estudos sobre a Evolução da Pesquisa em Educação nas várias áreas do conhecimento, seja na política ou nas várias instâncias da vida social. Em relação à pesquisa é preciso proporcionar questionamentos sobre o objeto de pesquisa, os dados levantados, o problema da pesquisa pode se contrapor as expectativas do pesquisador. Em relação a tal aspecto segundo Lüdke e André (1986, p. 2), para realizar uma pesquisa “é preciso promover um confronto entre os dados, as evidências, as informações coletadas sobre determinado assunto e o conhecimento teórico acumulado a respeito dele”.

Por muito tempo as pesquisas foram marcadas pelo uso do método quantitativo, aquele que quantifica os dados, considera tudo o que pode ser quantificável apoiada em gráficos, tabelas e outros elementos que pudesse explicar o fenômeno.

Hoje os pesquisadores/as preocupados/as com a subjetividade dos sujeitos envolvidos na pesquisa adotaram outra forma de abordagem que é a pesquisa qualitativa, o resultado está na particularidade.

A pesquisa bibliográfica é o ponto de partida para qualquer pesquisa científica, pois ela se realiza a partir de registros disponíveis, decorrentes de pesquisas anteriores, ela elucida o pesquisador, possibilita desvendar, recolher e analisar informações e conhecimentos prévios sobre um determinado fato ou ideia, assunto, problema para o qual se propõe uma resposta.

A pesquisa bibliográfica pode oferecer diversas informações sobre o assunto ou tema pesquisado, corroborando “um conjunto de crenças valores e atitudes” (GATTI, 2012, p. 60), que possibilitam interpretar o processo histórico e cultural que permearam os vários momentos história e que permitem entender a configuração presente da educação e a feminização do magistério.

3. Conceituando gênero

O termo gênero tem sido discutido por pesquisadoras/os de diferentes áreas do saber. Ele é um vocábulo usado principalmente para explicar as diferenças entre homens e mulheres.

Historiadora norte-americana, Joan Scott, é uma referência neste assunto. Ela autora tem produzido muitas pesquisas a este respeito. Ela procura trazer conceitos ao termo Gênero, podendo ser “também utilizado para designar as relações sociais entre os sexos” [...], a autora rejeita as explicações biológicas [...] “gênero torna-se uma forma de indicar Construções culturais”. (SCOTT, 1995, p. 75).

Para chegar ao conceito de Gênero, é importante considerar, que as relações não são fixas, elas se movimentam de acordo com o tempo e a época de cada sociedade. Os homens e as mulheres nem sempre tiveram a mesma posição que ocupam hoje muito menos os mesmos

direitos, portanto foi nos movimentos sociais, mais diretamente no movimento feminista, na contemporaneidade, que alavancaram os direitos sociais e políticos para as mulheres na sociedade. Joan Scott aponta o conceito de Gênero que é agudamente útil para se compreender a organização social entre homens e mulheres. "O que não significa que gênero reflita ou implemente diferenças físicas fixas e naturais entre homens e mulheres, mas que o gênero é o saber que estabelece significados para as diferenças corporais. (Scott, 1994, p. 13). Ainda de acordo com a autora, esses significados variam de acordo com as culturas, os grupos sociais e o período histórico, já que as características biológicas não determinam univocamente como a divisão será estabelecida.

Homens e mulheres se constituem em sociedade, não podemos pensar em pessoas isoladas, mas nas relações sociais as quais os constituem historicamente, portanto, "gênero, é uma categoria usada para pensar as relações sociais que envolvem homens e mulheres, relações historicamente determinadas e expressas pelos diferentes discursos sociais sobre a diferença sexual" (Grossi, 1998, p. 5).

Segundo Graupe (2009, p.35) "estudar gênero significa contemplar o aspecto organizacional entre mulheres e homens, entremeado por relações de poder, não sendo possível a compressão de nenhum dos dois em um estudo que os considere totalmente separados".

Nessa perspectiva o enunciado gênero estabelece diferenciações entre masculino e feminino que conforme Gebrara, quando refletimos sobre "as relações entre mulheres e homens nos damos conta de que nossas sociedades atribuem mais valor, maior força organizativa, maior força política aos homens e deixam as mulheres em segundo plano" (2010, p. 37). Pode-se observar de que,

No Brasil, no final da década de 80, iniciou a discussão de textos sobre gênero nas academias. Estes, nos primeiros momentos carregavam a marca da militância, e estavam basicamente atentos às denúncias da opressão em relação às mulheres. No entanto, aos poucos surgiu uma maior preocupação em ensaiar explicações sobre o assunto gênero dentro de uma nova ótica, e foi conquistando um espaço principalmente no campo da sociologia, história e educação (Graupe; Colling, 2002, p. 2).

Almeida (1998, p. 39) considera o "conceito de gênero como categoria científica que explicita as relações sociais entre os sexos, e que, por sua vez, levou a novos conceitos sobre as relações de poder".

Para Almeida (2007), as diferenças entre homens e mulheres se constitui a partir do biológico, diferenças, essas naturais, que levam à opressão e à exclusão entre os sexos, prevalecendo o poder masculino sobre o feminino. Diante do entendimento da autora: "as diferenças naturais entre homens e mulheres constituíram-se no aval para a exclusão e opressão, demonstram que as determinações biológicas sempre justificaram o exercício do poder do sexo masculino sobre o feminino" (Almeida, 2007, p. 64).

Cabe-nos discutir o conceito de gênero que se edificou ao longo dos tempos, o qual está vinculado à sexualidade do ser humano, à reprodução e à maternidade construída dentro das percepções históricas e culturais de cada época. Para Carvalho (1999, p. 32) gênero é a "construção social de significados a partir da diferença sexual percebida, que fundamenta toda a percepção do corpo e dos processos corporais". Também, está imbricado neste processo de significação os sentidos que são atribuídos na determinação do caráter dos sujeitos e sua relação com os conceitos de masculinidade e feminilidade.

Portanto, é a partir das relações que nós nos construímos como homens e mulheres pela maneira de compreender o outro nas suas diferenças e na maneira como nos percebemos como seres humanos. Segundo Gebara (2010) estamos percebendo que uma nova compreensão do ser humano – mulher e homem vem se impondo. E a essa nova compreensão acompanha "a criação de uma nova ordem social e política nacional e internacional. Essas novas relações mundiais implicam em novas relações de gênero" (Gebara, 2010, p. 38).

Assim, corroborando as discussões sobre gênero, Colling (2015, p. 36) salienta que é um termo importante, pois possibilita reflexões: "[...] para teorizar as questões da diferença sexual, questionando os papéis sociais destinados às mulheres e aos homens. A categoria

gênero não se constitui numa diferença universal, mas permite entender a construção e a organização social da diferença sexual”.

Gênero e sexualidade têm sido elementos constitutivos da subjetividade dos sujeitos em nossa sociedade e que no público tem se tornado tema para discussões por pesquisadoras/os. Pensar a posição da mulher em uma sociedade machista e patriarcal como a que vivemos no Brasil por muitos anos, nos remete a desconstruir papéis historicamente construídos para homens e mulheres, segundo Anjos (2000, p. 275): “Entender as relações de gênero como fundadas em categorizações presentes em toda a ordem social, permite compreender não somente a posição das mulheres, em particular, como subordinada, mas também, a relação entre sexualidade e poder”.

As diferenças culturais, étnicas, sociais, gênero, estão presentes em nosso cotidiano, não seriam problema se fossem apenas diferenças, mas estas são hierarquizadas socialmente gerando desigualdade. Afinal, “o conceito de diversidade está carregado de polissemia. Entretanto, existem diversos sentidos sobre diversidade” (Santa Catarina, 2014, p. 54).

A mulher perde sua liberdade a partir do momento em que a sociedade organiza a propriedade privada. A produção e os bens começam a ter valor econômico e para garantir o patrimônio da família, a mulher é enclausurada, confinada à vida doméstica e sua sexualidade é velada, tornando-se reprodutora e encarregada da educação dos filhos.

Segundo Arranha “quando surgiu a propriedade privada, a mulher foi confinada ao mundo doméstico e subordinada ao chefe da família. Um rígido controle da sexualidade feminina indica que a monogamia se relaciona com a questão da herança das propriedades da família restrita aos filhos legítimos” (2006, p. 137).

Conforme pode ser visualizado no pensamento da mesma autora sobre a educação dos meninos e das meninas ela elucida que “[...] a mulher viu-se reduzida à função de reprodutora e encarregada da educação dos meninos até os sete anos de idade, enquanto as meninas permaneciam confinadas ao lar até o casamento” (Arruda, 2006, p. 137).

Mesmo que a mulher quisesse lutar contra essa característica estereotipada de feminidade que lhe foi imposta, era como afrontar toda uma sociedade machista e conservadora a qual permitia que a mulher seguisse os padrões considerados “naturais” Pois, segundo essa tendência, “ela teria características como a intuição, a delicadeza, a sensibilidade, o altruísmo, o amor incondicional que culminaram no instinto materno” (Arruda, 2006, p. 138).

Nos relacionamos com os mais diversos grupos sociais seja no público ou no privado, pessoas com personalidade distinta, maneira diferente de ver o mundo essa característica diversa e singular de cada um e cada uma nos torna singulares e nos torna sujeitos históricos.

Esta noção nos remete à ideia de diferenças de identidades constitutivas dos seres humanos, das suas organizações sociais, etnias, nacionalidades, gêneros, orientação sexual, religiosidades. Enfim, diversidades de grupos sociais, de identidades do ser social em sua singularidade que se constituem em espaços, em ambientes, em tempos históricos com características diversas. Essas relações socioculturais constituem os sujeitos históricos, nas organizações de suas vidas sociais e políticas, nas suas relações com o ambiente e com outros grupos, na produção e reprodução de suas existências (Santa Catarina, 2014, p. 54).

Portanto, nos constituímos sujeitos históricos nas relações com os grupos aos quais pertencemos, seja no campo profissional ou familiar.

3.1. Gênero, Discursos e Relações de Poder

As relações entre homens e mulheres em nossa sociedade estão imbricadas nos discursos do poder que se constituiu nas relações pessoais. O poder funciona como um mecanismo de apelação. (Foucault, 2012).

Neste contexto o poder é um mecanismo de dominação “deve-se supor que o poder é exercido pelos sujeitos e que tem efeitos sobre suas ações” (Louro, 2012, p. 42). Portanto o poder se compõe em um gerador de manobras que pode ser resistido, contestado ou aceito.

Neste entendimento, Louro (2012, p. 44), escreve que o “poder não apenas nega, impede, coíbe, mas também, ‘faz’, produz, incita”.

Segundo Gebara, (2010, p. 40), “temos dificuldades de integrar existencialmente as novas formas de exercício de poder”. Ainda, “temos dificuldade de acolher na vida cotidiana novos comportamentos éticos que tem a ver com o bem comum, com o cuidado com a natureza e o meio ambiente”. O poder só se materializa nas relações de poder. Neste sentido, Graupe (2009), sinaliza que poder e saber se articulam gerando produção e conhecimento; torna-se resultado da vontade dos sujeitos.

Segundo Foucault (2012, p. 10), “o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar”. O discurso do poder está associado àquilo que pronunciamos, o impulso que reflete o outro a palavra dita, contudo o modo como a palavra é proferida faz toda a diferença.

O empoderamento da palavra é construído historicamente nas relações e presente também, no saber e no modo como ele é aplicado. Mencionando as palavras de Foucault: Que a aritmética pode ser o “assunto das cidades democráticas, pois ela ensina as relações de igualdade, mas somente a geometria deve ser ensinada nas oligarquias, pois demonstra as proporções na desigualdade” (Foucault, 2012, p. 10). Essas palavras demonstram como o conhecimento é conduzido e aplicado na sociedade institucionalizada.

A ideologia dominante, por meio de seu discurso construído, partilhado e difundido tanto em nível disciplinar como político, consegue manter uma ordem social que perpetua as desigualdades e o sexismo. Considera-se, portanto, a importância da linguagem no discurso, pois ela fundamenta a construção da subjetividade masculina e feminina nas relações sociais.

Foucault aponta que “talvez nenhum outro tipo de sociedade jamais tenha acumulado, e num período histórico relativamente tão curto, uma tal quantidade de discurso sobre o sexo.” (1998, p. 34) O autor elenca que pode ser muito bom, que falemos mais dele do que de qualquer outra coisa, que “convencemo-nos por um estranho escrúpulo de que dele não falamos nunca o suficiente, de que somos demasiado tímidos e medrosos, que escondemos a deslumbrante evidência, por inércia e submissão, de que o essencial sempre nos escapa e ainda é preciso partir à sua procura.” (Foucault, 1998, p. 34-35).

Deste modo, Foucault ressalta que é: “próprio das sociedades modernas não é terem condenado o sexo a permanecer na obscuridade, mas sim terem devotado a falar dele sempre, valorizando-o como o segredo” (1988, p. 36).

Foucault (1988), em suas discussões sobre o poder, diz que poder não existe, o que existe são relações de poder que estão no discurso. Para nós a ideia de poder seria uma imposição que vem de cima para baixo, de forma piramidal.

Porém para Foucault (2015), o poder não é fonte nem origem do discurso. O poder é alguma coisa que opera por meio do discurso, já que o próprio discurso é um elemento em um dispositivo estratégico de relações de poder.

Ainda, com relação ao poder, Foucault (2015, p. 248) explica que o poder “não é o sentido do discurso. O discurso é uma série de elementos que operam no interior do mecanismo geral do poder. Conseqüentemente, é preciso considerar o discurso como uma série de acontecimentos políticos, através dos quais o poder é vinculado e orientado.”

Na visão de Colling (2014, p. 21), este universalismo que hierarquizou a “*diferença* entre os sexos, transformando-a em *desigualdade*, mascarou o privilégio do modelo masculino sob a pretensa neutralidade sexual dos sujeitos”.

Desta forma se torna necessário discutirmos as relações entre homens e mulheres em nossa sociedade, estudar como se construiu a hierarquização para podermos compreender esse processo de formação social e ao mesmo tempo precisamos desconstruir essa ideologia de poder criada que impera o poder de um sobre o outro.

Ainda em Colling (2014, p. 22), entendemos que “o modo mais eficiente para desconstruir algo que parece evidente, sempre dado, imutável, é demonstrar como esse algo se

produziu, como foi construído”.

Dentro do contexto brasileiro a subordinação da mulher tendo o poder centralizado na figura masculina como autoridade começa a mudar no decorrer do século XIX. Essa mudança acontece significativamente a partir do momento em que as mulheres conquistam o direito à educação e a profissionalização.

No que diz respeito a essas mudanças a escola, por muito tempo, foi a detentora do saber e do poder. Porém pensar a escola na contemporaneidade é ver a escola como um lugar de produção do saber, mas quais saberes? Provavelmente, todos os saberes, aqueles das diversas disciplinas que fazem parte do currículo escolar, e o saber construído historicamente na coletividade, o qual permite uma relação não de poder, mas um espaço de discussão das relações de poder, de subjetividade e das diferenças, pois como enuncia Foucault (2012, p. 6) “[...] é preciso pronunciar palavras enquanto há, é preciso dizê-las até que elas me encontrem, até que me digam, [...]”.

É preciso discutir e desconstruir conceitos de Gênero fundamentados nas relações de poder onde se considerava a mulher como “mãe, a esposa dedicada, a ‘rainha do lar’, digna de ser louvada e santificada, uma mulher sublimada” (Colling, 2014, p. 24). Ao ponto que na sociedade contemporânea ocidental a mulher ocupa posição no público e privado, mesmo havendo desigualdades entre os sexos, onde algumas profissões são consideradas mais apropriadas ao sexo feminino, como na área das ciências sociais, magistério, enfermagem, entre outras, enquanto o homem se direciona para a área das ciências exatas, na matemática, nas engenharias.

No que tange às relações de poder e Gênero é importante discutir as relações entre homens e mulheres na sociedade. Para que a equidade de raça, religião, etnias se concretizem, é necessário desconstruir a si e promover a igualdade no meio no qual se está inserido.

3.2. Gênero e Educação

Discorrer sobre Gênero no campo educacional é desmistificar toda e qualquer forma de discriminação ao gênero feminino e ao masculino. Num passado remoto as mulheres não possuíam legalmente o direito à educação e à profissionalização.

Portanto faz-se necessário promover um debate no campo educacional em torno das desigualdades de Gênero, bem como discutir e aprofundar temas relativos a esta questão.

Procura-se entender a transformação do gênero masculino para o feminino no contexto de formação de professoras/os na docência inicial a partir do contexto histórico da Educação, em especial o curso do Magistério no ensino fundamental e médio, que primeiramente foi constituído por homens.

Graupe (2009, p. 35) considera que, “estudar gênero significa contemplar o aspecto relacional entre mulheres e homens, [...] gênero é um conjunto de expressões sobre aquilo que se pensa do masculino e do feminino”.

A escola é um espaço social em constante mudança histórica e proporciona a formação de ambos os sexos, num espaço generificado, isto é, um espaço atravessado pelas representações de gênero.

De acordo com Catani (1997, p. 78) “a entrada das mulheres no exercício do magistério – o que, no Brasil, se dá ao longo do século XIX – foi acompanhada pela ampliação da escolarização a outros grupos ou, mais especialmente, pela entrada das meninas nas salas de aula”. Também, aponta que essa entrada “não foi, de forma alguma, uma entrada tranquila. Objeto de muitas disputas e polêmicas, a possibilidade de mulheres exercerem o magistério foi, como sabemos, contestada através de diferentes discursos.” (1997, p. 78).

Enfatizando o estudo de Gênero no campo do Magistério, a mulher se faz lutadora de seu espaço e direitos ao longo da história e, após ter conquistado o mérito de professora, foi taxada como uma mulher esquecida, sem filhos e sozinha.

Catani aborda (1997, p. 80): “a concepção do magistério como uma extensão da maternidade, bem como o desenho da profissão com um exercício de doação e amor, com

uma atividade. Essas moças podiam sentir, assim, vocacionadas para o magistério. ”

De acordo com a historicidade educacional, é possível perceber lutas e batalhas no campo educacional e que a mulher enfrentou ao longo do tempo, para conquistar seus direitos cívicos e ser percebida como um ser humano capaz de modificar a história de um país. Atualmente a mulher vem a cada dia avançando nas questões legais e conquistando seu merecido espaço na sociedade, obviamente ainda há muito a se conquistar, mas comparado ao passado muito já foi conquistado no que tange a direitos civis.

No campo da Educação, principalmente, na Educação Infantil e nas séries iniciais do ensino fundamental, é visível a presença da mulher na docência nesta etapa da educação, fato que se relaciona aos atributos de feminilidade, ligados à maternidade, a ser dona de casa e esposa. “É, portanto, um espaço essencialmente feminino, no qual se entrecruzam valores, práticas e comportamentos inscritos no universo feminino” (Bueno et al., 1993, p. 03).

Gênero e educação, um tema importante e discutido em nossa sociedade, permeado por comportamentos construídos historicamente elucidados por valores, padrões de comportamento que determinam o gênero masculino e feminino.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais, são referências que contribuem na execução dos trabalhos que professoras/os, tem a função de orientar a execução do currículo, respeitando a realidade e a diversidade educacional de cada região, constituindo-se em um referencial de qualidade para o ensino fundamental da educação básica brasileira.

Desde muito cedo, são transmitidos padrões de comportamento diferenciados para homens e mulheres. O conceito de gênero diz respeito ao conjunto das representações sociais e culturais construídas a partir da diferença biológica dos sexos. Enquanto o sexo diz respeito ao atributo anatômico, no conceito de gênero toma-se o desenvolvimento das noções de “masculino” e “feminino” como construção social. O uso desse conceito permite abandonar a explicação da natureza como a responsável pela grande diferença existente entre os comportamentos e lugares ocupados por homens e mulheres na sociedade. Essa diferença historicamente tem privilegiado os homens, na medida em que a sociedade não tem oferecido as mesmas oportunidades a ambos. Mesmo com a grande transformação dos costumes e valores que vêm ocorrendo nas últimas décadas ainda persistem muitas discriminações, por vezes encobertas, relacionadas ao gênero (Brasil, PCN, 1997, p. 95).

A escola, mais especificamente, a sala de aula é um espaço de diversidade de sujeitos de crenças, valores, modos de pensar, de ser diferentes uns dos outros, cada qual tem sua subjetividade. Muitos desses valores nós reproduzimos com as alunas, porque isso está em nossa cultura, fomos educadas/os para ensinar meninos e meninas de modos diferentes. Pois “da mesma forma há um modo masculino de ver e conceber o mundo, que tanto quanto com as mulheres dá-se de forma relacional, ou seja, nas relações com o outro sexo” (Bueno et al., 1993, p. 01).

“No entanto, no campo escolar, existiu uma ação feminina” (Almeida, 2007, p. 28). Diante das palavras da autora fica evidente a presença feminina na educação que se firmou ao longo dos tempos. Porém, mesmo existindo o direito legal para lecionar as mulheres tiveram que reivindicar o exercício da profissão.

Deste modo, as palavras de Almeida (2007, p. 31) sinalizam que as mulheres “apesar do apoio oficial, tiveram de reivindicar o direito de exercer o magistério primário para ambos os sexos, já que a moral vigente considerava pecaminoso tê-las lecionando para meninos”. As professoras poderiam lecionar para meninos mais jovens e crianças, pois, “em classes frequentadas por rapazes, as professoras representariam um atentado aos bons costumes, e sua beleza poderia perturbar os jovens e leva-los a pensamentos impuros” (2007, p. 31).

Abordar gênero no campo educacional tem sido profícuo à medida que se pode discutir e dialogar para mudar os conceitos sexistas, machistas, construídos histórica e culturalmente nas relações entre homens e mulheres. Gênero e magistério estão intrinsecamente ligados, pois: [...] permite questionar os aportes teóricos clássicos, encaminhando-se para a apropriação de abordagens que busquem desvendar o universo desta categoria e recuperar uma série de análises que também privilegie a dimensão subjetiva (Graupe, 2009, p. 33).

3.3. Gênero e a Feminização do Magistério

Foram séculos de enclausuramento da mulher no espaço privado, presa ao matrimônio e a submissão masculina, para sair desse alvéolo foi a educação que possibilitou a sua libertação a mulher obteve seu passaporte para o mercado de trabalho.

Pois a sociedade atribuía papéis bem definidos para as obrigações da mulher, já que, como já mencionado, “elas têm uma casa que governar, marido que fazer feliz e filhos que educar na virtude” (Aranha, 2006, p. 196).

A história da mulher é marcada pela opressão e subalternidade imposta pelo homem, além de ser “narrada pela ótica das classes dominantes” (Aranha, 2006, p. 137), pois, esta história é androcêntrica, centrada na figura masculina, (Aranha, 2006).

Pode-se dizer que a feminização do magistério ocorreu no Brasil por necessidade que se tinha, no ensino primário, em ter a figura feminina como professora para ensinar as meninas, pois não se admitia meninos e meninas juntos em uma mesma classe. “A mão de obra feminina na educação principiou a revelar-se necessária, tendo em vista, entre outras causas, os impedimentos morais dos professores educarem as meninas e a recusa à coeducação dos sexos, liderada pelo catolicismo conservador” (Almeida, 1998, p. 64).

Bruschini e Amado (1988, p. 6) justificam a feminização do magistério como sendo: “Uma forma velada, o controle da sexualidade feminina justificaria daí por diante, que mulheres trabalhassem com crianças, num ambiente não exposto aos perigos do mundo e protegido do contato com estranhos, especialmente os do sexo oposto”.

Autoras como Campos e Silva (2002) abordam a feminização do magistério, procurando responder a questões como: quando e por que o magistério se tornou profissão feminina. Para as autoras a feminização do magistério é um “processo fundamental relacional e construído, que ocorre em justaposição a outros processos históricos nos quais a dinâmica dos gêneros é uma questão central” (Campos; Silva, 2002, p. 6).

Há décadas a mulher vem ocupando destaque no mercado de trabalho, mesmo que, muito timidamente em algumas profissões, mas é no campo da educação que essa categoria profissional se evidencia, assim percebe-se muito mais a presença feminina atuando em sala de aula do que a masculina, isso é o reflexo de uma questão cultural, econômica e histórica.

A importância de estudar a história da Educação, particularmente no Brasil, consiste em uma atitude reflexiva que possibilita entender o passado, o presente e projetar o futuro, permite entender a história da mulher na Educação e a feminização do Magistério. Desde a chegada dos portugueses ao Brasil à mulher foi negado o direito aos estudos, ao conhecimento. Havia, para quase toda a população e, em especial para o sexo feminino, dificuldades de acesso à escola e aos livros.

Muitas mulheres só podiam ler os livros religiosos, a história dos santos, “no século 19, a dificuldade de as pessoas do povo terem acesso à educação também funcionava como empecilho para a leitura de manuais religiosos, história da vida dos santos, missais e da bíblia católica” (Almeida 2007, p. 25).

A partir do ano de 1827 a instrução pública e gratuita se estende a toda à nação dando também, a possibilidade para a mulher de acesso ao conhecimento e ao trabalho a partir da necessidade de professoras/os preparadas/os para o ensino de meninos e meninas. Algumas características atribuídas à mulher eram, de acordo com Almeida, “os atributos de pureza e doçura, responsáveis pela preservação da família e da moral cristã, mães generosas, espíritos de sacrifício, salvadoras da pátria o que as colocava como responsáveis por toda a beleza e bondade que deveriam impregnar toda a vida social” (2001, p. 117).

Foi a partir desse ideal na função de educadora como extensão do lar que a mulher vai aos poucos adquirindo seu espaço para o trabalho. O curso Normal ou do Magistério foi o primeiro instituído no Brasil com o intuito de formação inicial na docência, possibilitando à mulher o direito à educação ao ensino institucionalizado e, ao mesmo tempo, lhe abriria as portas para a profissionalização.

Ainda nesta época o trabalho remunerado das mulheres não era visto com bons olhos pela

sociedade, em especial pelos homens. Pois não se considerava muito conveniente a esposa e mãe saindo do privado para o público. Elas eram "olhadas com desconfiança e preconceito, dado que o trabalho das mulheres fora do lar exercendo uma profissão remunerada, era visto com reserva pelos homens e pela população em geral". (Almeida, 2007, p. 30).

Atualmente, as mulheres já obtiveram muitas conquistas na sociedade, garantiram o direito do voto e de terem as mesmas oportunidades educacionais que os homens. Também, reivindicaram e conquistaram o direito de escolha do marido, da profissão, de casar-se ou não, de terem filhos ou não, enfim, estabeleceram o seu reconhecimento na sociedade, como atoras sociais dotadas de autonomia.

Percebe-se, na sociedade, que, ainda há muita desigualdade de Gênero e violência contra a mulher. Seja no espaço privado ou no espaço público, essas desigualdades de Gênero se constituem socialmente e culturalmente.

A profissionalização feminina teve seu início em 1888, incentivada pelo processo de industrialização, pela abolição do trabalho escravo e pelo surgimento de uma nova forma de mão de obra: os assalariados. O progresso se evidenciava nas cidades, nas classes dominantes e médias, e também, nos centros urbanos que começavam a se industrializar. As repercussões sociais do capitalismo atingiam o Brasil nos últimos decênios do século XIX.

No contexto histórico brasileiro, entre os séculos XIX e XX, foram atribuídas à mulher qualidades exclusivas da sua feminilidade. Com isso, sua profissionalização restringia-se a áreas específicas como a docência no magistério quando, não apenas lhe caberiam as lidas com a vida doméstica do lar.

Para Almeida (1998), essas qualidades geravam uma imagem desprovida do instinto sexual reportando para a religiosidade e a pureza que a mesma requeria e que lhe davam atributos de moralidade. No imaginário da sociedade brasileira no final do século XIX e nas primeiras décadas do século XX, período em as mulheres começaram a ocupar espaço no magistério, "o sexo feminino aglutinava atributos de pureza, doçura, moralidade cristã, maternidade, generosidade, espiritualidade e patriotismo, entre outros que colocavam as mulheres como responsáveis por toda beleza e bondade que deveriam impregnar toda a vida social" (Almeida, 1998, p. 17).

A inserção da mulher no mercado de trabalho brasileiro e, mais propriamente dito, no Magistério se deve às notícias vindas da Europa e dos Estados Unidos que por consequência das guerras passou a desfrutar das produções trabalhistas femininas. Esta influência levou as mulheres a vislumbrar novas oportunidades. O processo de industrialização, crescente no Brasil, no início do século XX, foi outro fator que, também impulsionou a mulher a se inserir na vida profissional, tendo possibilidades de ingressar na política mesmo que lentamente.

Evidentemente esta inserção tinha seus objetivos políticos delimitados, as mulheres ganhariam menos e, para que se pudesse expandir o ensino para todas/os, era necessário que o governo gastasse menos com as/s professoras/os. Obviamente os homens não aceitariam esta proposta, então a mulher assumiu o posto do baixo salário, não pelo valor, mas por sua suposta vocação naturalista para a profissão. Neste contexto Catani (1997, p. 28) sinaliza que para a democratização da escolarização ocorresse "era preciso que o professor custasse pouco: o homem, que procura ter reconhecido o investimento na formação, tem consciência de seu preço e se vê com direito à autonomia — procura espaços ainda não desvalorizados pelo feminino." Ressalta que era estratégico "exaltar qualidades como abnegação, dedicação, altruísmo e espírito de sacrifício e pagar pouco: não foi por coincidência que este discurso foi dirigido às mulheres" (1997, p. 29)

Em 1884 sob o olhar moderno da profissionalização feminina a educação utilizou como fonte de informação algumas Atas e Pareceres do Congresso da Instrução do Rio de Janeiro, um documento focado na formação docente especialmente das mulheres.

Evidentemente, essa inserção não foi tão fácil quanto parece, foi diante de muitas lutas, batalhas e por direitos legais, entendendo-se que esse processo de inserção da mulher no Magistério correspondia à necessidade política e social do final do século XIX, entendendo que esse processo não ocorreu de forma passiva, pois essa abertura do campo de trabalho para as mulheres não ocorreu sem reivindicações, visto que a imprensa feminina e

educacional teve um papel importante para ressaltar as “Sucessivas mudanças de costumes e mentalidades acerca do trabalho feminino, que vinham na esteira do novo século, para uma sociedade que precisava, de novos atores sociais para o seu desenvolvimento” (Almeida, 1998, p. 70).

Enfatiza-se ainda que a história da mulher está ligada à questão de gênero, em que a sujeição feminina é um marco forte no passado histórico. Até porque em dado momento só os homens podiam lecionar, apenas eles poderiam exercer a função de professor. O que fez com que a mulher reivindicasse instrução, educação e profissionalização, revelando seus desejos. Como afirma Almeida a escola normal “iria, paulatinamente, suprir uma necessidade e um desejo feminino. A entrada das mulheres nas escolas normais e a feminização do magistério primário foram um fenômeno que aconteceu rapidamente e, em pouco tempo, foram maioria nesse nível de ensino” (2006, p. 82).

Inegavelmente a inserção da mulher no magistério provém também, de uma série de outros fatores como a democratização, ampliação escolar e o ponto mais forte da história educacional. Para Graupe (2009, p. 94) a entrada da mulher nas Escolas Normais e a “consequente feminização do magistério primário foram um fenômeno que aconteceu rapidamente, e que em pouco tempo, elas eram a grande maioria nesse nível de ensino”.

Todo esse legado histórico é permeado por uma série de fatores desencadeadores de ideologias e pensamentos. Pensar na mulher profissional de hoje é estabelecer muitos avanços e travar novas batalhas, a mulher também obteve grandes conquistas; neste atual quadro do Magistério elas são a maioria e por meio desta profissão que antes tinha outro cunho de ideologização, dominação sexista e remuneração, conseguiram ocupar seu espaço no mercado de trabalho, além de se firmarem na sociedade desencadeando uma nova sociedade democrática profissionalmente falando.

Ao referir a feminização do Magistério torna-se necessário trazer o termo Gênero para analisar essa construção histórica e cultural em que se fundamentam essas relações, as quais atribuem valores para homens e mulheres. “A história das mulheres no magistério, a feminização e a história do gênero estão imbricadas e, situando-se o gênero no campo relacional, só é possível entender mulheres em relação aos homens (Graupe, 2009, p. 91).

Quando se lança o olhar sobre as modalidades de ensino da Educação Infantil e séries iniciais do ensino Fundamental encontramos um campo predominantemente feminizado, isto é o que nos revelam os dados do estudo exploratório sobre a professoras/os brasileiras/os, com base nos Resultados do Censo da Educação Básica 2007. Na creche e pré-escola mais de 95% das profissionais são do gênero feminino e nos anos iniciais do ensino fundamental podemos visualizar que o corpo docente é composto por 91% de mulheres.

Discutir gênero e magistério tem sido tema importante para as/os profissionais da educação pois possibilita desconstruir estereótipos que se estabeleceram na prática docente, a respeito do que seria conveniente para meninos e meninas. Desta forma faz-se necessário promover discussões a fim de tornar a escola um lugar de respeito a diversidade e que a escola promova uma educação não racista, não sexista, e que ela seja um espaço de aprendizagem crítica, onde haja diálogo para compreender as diferenças.

4. Considerações finais

A realização desta pesquisa despertou o anseio pela busca de referências bibliográficas e que trouxessem conceitos para construir um norte no caminho da investigação, permitindo apropriar-me de conhecimentos que até então eram desafiadores. Todavia, estudar as questões que abordam as temáticas Gênero e a formação de professoras requer desconstruir conceitos solidificados e construídos histórica e socialmente em nossa sociedade.

Estabelecer o contexto histórico da Educação e da formação de professoras é necessário para a compreensão da feminização do Magistério, que, conforme mostra a história, é fato consolidado. Percebemos no decorrer da história da Educação, as primeiras professoras foram as solteironas, de cor branca, de elite, as tias, aquelas que não casaram, tendo como opção o magistério e a dedicação à educação de crianças da elite. Por longo período, para

ser professora, as normalistas eram cercadas de restrições para que pudessem exercer o Magistério. Essas restrições se referiam ao contato físico e até mesmo conversar com as alunas assuntos que não se referissem à disciplina. A figura da professora deveria ser severa, cercada de valores morais. A investigação possibilitou compreender os processos históricos culturais que permeiam o mundo do trabalho que circundam as relações entre homens e mulheres.

Em síntese, os dados apontam que a articulação entre gênero e magistério é importante para compreensão das relações históricas, sociais e culturais da profissão docente. Os primeiros professores foram homens religiosos, depois mulheres solteironas, as jovens normalistas e, conseqüentemente, feminização e desvalorização do magistério.

Referências bibliográficas

- Almeida, J. S. de (1998). *Mulher e Educação: a paixão pelo possível*. São Paulo: UNESP.
- Almeida, J. S. de (2001). *Estudos sobre a profissão docente*. Araraquara: FCL/Laboratório Editorial: 2001.
- Almeida, J. S. de (2006). Mulheres na educação: missão, vocação e destino? A feminização do magistério ao longo do século XX. In: SAVIANI, Dermeval. et al. *O legado educacional do século XX*. 2ª ed. Campinas, SP: Autores Associados.
- Almeida, J. S. de (2007). *Ler as letras: porque educar as meninas e mulheres?* São Bernardo do Campo: Autores Associados.
- Anjos, (2000). Identidade sexual e identidade de gênero: subversões e permanências. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 2, nº 4, jul/dez., p. 274-305.
- Aranha, M. L. (2006). *Filosofia da educação*. 3.ed. São Paulo: Moderna.
- Brasil (1997). Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros Curriculares Nacionais: introdução aos Parâmetros Curriculares Nacionais / Secretaria de Educação Fundamental*. – Brasília: MEC/SEF.
- Bueno, B. O., Sousa, C. P. de, Catani, D. B. & Souza, M. C.C. de. (1993). Docência, memória e gênero: estudos alternativos sobre a formação de professores. *Psicologia USP*, 4(1-2), 299-318. Recuperado em 06 de abril de 2019, de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1678-51771993000100014&lng=pt&tlng=pt.
- Bruschini, C.; Amado, T. (1998) Estudos sobre mulher e educação. *Cadernos de Pesquisa*. São Paulo, n. 64, p. 4-13, fev.
- Campos, M. C. S. de S. ; Silva, V. L. G. (Org.) (2002). *Feminização do magistério: vestígios do passado que marcam o presente*. Bragança Paulista: EDUSF.
- Carvalho, M. P. de (1999). *No coração da sala de aula: gênero e trabalho docentes na sala de aula*. São Paulo: Xamã.
- Catani, B. D. Et al. (1997). *Docência Memória e Gênero: estudos sobre formação*. São Paulo: Escrituras editora.
- Colling, A. C. (2014). *Tempos diferentes, discursos iguais: a construção do corpo feminino na história*. Dourados, MG: Ed. UFGD, 2014.
- Colling, A. C. (2015). Inquietações sobre educação e gênero. *Revista Trilhas da História*. Três Lagoas, v.4, nº 8, jan-jun, p. 33-48.
- Foucault, M. (1998). *A história da sexualidade I: a vontade de saber*. 12 ed. Rio de Janeiro: Edições Graal.
- Foucault, M. (2012). *A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970*. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Edições Loyola.
- Foucault, M. (2015). Ditos e escritos: Arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento. MOTTA, M. B. da (org.). Tradução de Elisa Monteiro. Rio de Janeiro: Forense Universitária, v. 2.
- Gatti, B. A. (2012). *A construção da pesquisa em educação*. Brasília: Líber Livro e Editora.

Gebara, I. (2010). *Vulnerabilidade, justiça e Feminismos*. Antologia de Textos. São Bernardo do Campo: Nhanduti Editora.

Graupe M. E. (2009). *Gênero e magistério: Discursos e práticas sociais*. Rio de Janeiro: Usina de Letras.

Graupe M. E.; Colling, A. M. (2002). *Relações de gênero na docência*, UNIJUÍ. Recuperado de: www.portalanpedsul.com.br/admin/uploads/.../02_14_43_p510.pdf. Acesso em: 14 março. 2019.

Grossi, M. P. (1998). Identidade de gênero e sexualidade, in *Antropologia em Primeira Mão*. Florianópolis: Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal de Santa Catarina.

Louro, G. L. (2012). *Gênero sexualidade e educação: Uma perspectiva pós estruturalista*. 14ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes.

Louro, G. L. (2002). Mulheres nas salas de aula. In: PRIORI, Mary del. (Org.). *História das Mulheres no Brasil*. 6ª. ed. São Paulo: Contexto e UNESP.

Lüdke, M., André, M. (1986). *Pesquisa em educação: abordagens qualitativas*. São Paulo: EPU.

Santa Catarina (Estado). Secretaria de Estado da Educação. *Proposta curricular de Santa Catarina: formação integral na educação básica*. Florianópolis, 2014. Disponível em: . Acesso em: 25 jan. 2018.

Scott, J. (1994). *Prefácio a Gender and politics of History*. *Cadernos Pagu* (3), p. 11-27.

Scott, J. (1995). Gênero: uma Categoria Útil de Análise Histórica. *Educação e Realidade*. 20 (2), p.71-99.

1. Professora da Rede Estadual de Ensino de Santa Catarina. Grupo de Pesquisa Gênero, Educação e Cidadania na América Latina. angela_mmschwahn@hotmail.com

2. Professora doutora em educação no Programa de Pós-graduação em Educação. Universidade do Planalto Catarinense. mareligraupe@hotmail.com

3. Professora doutora em educação no Programa de Pós-graduação em Educação. Universidade do Planalto Catarinense. lurcaron@gmail.com

Revista ESPACIOS. ISSN 0798 1015
Vol. 40 (Nº 23) Ano 2019

[\[Índice\]](#)

[Se você encontrar algum erro neste site, por favor envie um e-mail para [webmaster](#)]